

Declaração Universal dos Arquivos ■

NA 36.^a CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO, realizada em Paris, em novembro de 2011, foram aprovados vários documentos, que contaram com o voto favorável de Portugal e que representam um importante contributo para as áreas da gestão da informação e em particular para as Bibliotecas e os Arquivos.

De entre os tópicos debatidos e com resoluções aprovadas, salientamos:

- 1 – Promover a liberdade de expressão e de informação;
- 2 – Desenvolver competências na área da comunicação e informação, de forma a assegurar o acesso universal ao conhecimento, a fim de reduzir os custos dos infoexcluídos;
- 3 – Promover um ambiente favorável à liberdade de expressão a fim de encorajar o desenvolvimento, a democracia e o diálogo, ao serviço de uma cultura de paz e de não-violência;
- 4 – Reforçar nos media livres, independentes e pluralistas a participação dos cidadãos, no sentido da igualdade dos sexos, ao serviço de um desenvolvimento sustentável;
- 5 – Ajudar os Estados membros a promover a autonomia dos cidadãos no acesso universal ao conhecimento, à preservação da informação e à promoção do património documental.

De referir ainda o consignado no Debate 6, ponto 5.14: *a UNESCO e o Património Documental*, do qual resultou a referência à importância de prosseguir e aprofundar o Programa de *Registo da Memória do Mundo*, no qual Portugal já inscreveu um conjunto significativo de documentos pertencentes ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo e acaba de ver aprovados outros, referidos neste Boletim.

Um outro momento significativo foi o Debate 7, ponto 5.15 no qual foi examinado o *Manifesto da Associação Internacional de Bibliotecas e Bibliotecários*

(*IFLA*) sobre bibliotecas digitais, de que resultou o convite aos Estados Membros para divulgarem este importante documento e aplicarem o *Manifesto da IFLA* sobre bibliotecas digitais, no quadro global da edificação de sociedades do conhecimento inclusivas e mais equitativas.

A Conferência examinou ainda o documento 36 C/49 – *Código de Ética para a Sociedade da Informação*, proposto pelo Conselho Intergovernamental do Programa *Informação Para Todos* (PIPT), reconhecendo a imperiosa necessidade de aplicar os princípios e valores éticos, fundados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em particular a promoção do acesso de todos à informação e ao conhecimento.

Um outro debate importante centrou-se no projeto de estratégia sobre a contribuição da UNESCO para a promoção do acesso livre à informação e à pesquisa científica, plasmados no documento 36 C/62.

Por último, e na parte que mais se relaciona com os arquivos, apresentamos as linhas essenciais debatidas no decorrer da sexta sessão em que a Comissão examinou o Ponto 5.17 – ***Declaração Universal sobre os Arquivos***.

O documento foi apresentado por Papa Momar Diop, que pronunciou o seguinte discurso:

Foi aqui na UNESCO, há mais de 60 anos atrás, de 9 a 11 de junho de 1948, que um pequeno grupo de peritos, na sua maioria composto por diretores dos arquivos nacionais, que, em conjunto criaram o Conselho Internacional de Arquivos. Com o decorrer do tempo o Conselho veio a transformar-se numa organização de profissionais que é verdadeiramente universal, que inclui arquivistas e instituições de arquivos de mais de 190 países. Em 2010, no decorrer da sua Assembleia Geral aprovou, por unanimidade, a Declaração Universal de Arquivos, que identificou o valor dos documentos de arquivo como património, memória e fundamentos para uma boa governança.

Como diretor dos Arquivos Nacionais do Senegal, que teve a honra e o privilégio de trabalhar com arquivistas de todo o mundo, e como membro do Conselho Diretivo do International Memory of the World, sinto-me particularmente honrado de estar aqui, hoje, a apresentar esta minuta de resolução da Declaração Universal sobre os Arquivos. Caso seja aprovada, esta resolução irá certamente ajudar os arquivos em particular, e o conjunto do património documental, saindo do seu gueto, e permitir que deem um passo de gigante para o lugar, que por direito merecem, como parte integrante da memória coletiva e património da humanidade.

Gostaria de agradecer a todos aqueles que já expressaram o seu apoio a esta iniciativa bem como a todos aqueles que hoje contribuirão para a adoção desta resolução.

Tal como o Diretor-geral da UNESCO, Jaime Torres Bodet, tão eloquentemente frisou no seu discurso de 1948, nas boas-vindas da criação do ICA, e cito: «os arquivos não são imensas campas nas quais fiquem enterradas as experiências humanas e os seus dramas, mas ao contrário, os arquivos representam muitas das condições que permitem a adoção de uma consciência humana», fim de citação. Os arquivos são também os pilares da democracia e da boa governança e promovem cidadãos mais informados para entender as respetivas histórias.

É com muita alegria que vos proponho a aprovação desta minuta, fora das restrições orçamentais, a Declaração Universal sobre Arquivos. A sua adoção pela UNESCO desempenhará um papel essencial para os arquivos e a partilha de memórias, para todos os cidadãos em todo o Mundo.

Não queria terminar estas notas sem estender o meu particular agradecimento aos meus colegas Mrs. Joie Springuer, a infatigável arauto do Programa Memória do Mundo, e a Mr. Jens Boël, membro do Comité Executivo do ICA e arquivista da UNESCO.

Suas Excelências, Senhoras e Senhores, Caros Amigos, muito obrigado pela vossa atenção, em nome da comunidade internacional de arquivistas, ficamos muito satisfeitos pelo vosso apoio a esta minuta de resolução.

A Comissão recomendou à Conferência a adoção, com vista a incluir nas Atas, o projeto de resolução constante do documento 36 C/COM.CI/DR. 1, apresentado pelo Senegal, com o apoio de Belize, Israel, Polónia e Uruguai, com as recomendações orais feitas pelos Estados Membros.

A Conferência:

1 – Considerando o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que estipula... *todo o indivíduo*

tem o direito (...) de pesquisa, de receber e difundir, sem limites de fronteiras, as informações e as ideias por qualquer meio de expressão;

2 – Considerando que a Constituição da UNESCO, que sublinha no seu Artigo 1.º o desejo dos Estados Membros em ajudar à... *manutenção, avanço e difusão do conhecimento;*

3 – Considerando que a UNESCO, no quadro do Programa Memória do Mundo, colabora em favor da preservação dos documentos de arquivo e das coleções de bibliotecas preciosas através de todo o Mundo e pretende uma larga difusão, e com o Comité Internacional Escudo Azul (ICBS) tem por objetivo a proteção do património cultural mundial;

4 – Reconhece que a Declaração Universal sobre os Arquivos, preparada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) é um instrumento importante de sensibilização do conjunto destes problemas;

5 – Atendendo aos objetivos fundamentais da Declaração Universal estão conformes com os referidos nos Manifestos sobre Bibliotecas, adotados pela Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) e pela UNESCO;

6 – Reconhecendo o importante papel que os arquivos representam para a sustentabilidade dos direitos democráticos dos cidadãos;

7 – Felicita o CIA pelo seu trabalho de elaboração da Declaração Universal sobre os Arquivos;

8 – Adota a Declaração Universal sobre os Arquivos, elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos;

9 – Encoraja os Estados Membros a inspirarem-se nos princípios enunciados na Declaração Universal sobre os Arquivos para a planificação, preparação e aplicação das estratégias e programas a nível nacional, em matéria arquivística.

Depois de aprovada a Declaração Universal sobre os Arquivos, o principal desafio que agora se abre é a concretização dos seus princípios nas políticas nacionais, de forma a que os arquivos possam cortar com a perceção ultrapassada do seu papel, quase sempre percecionado como instituições do passado, e conseguir, finalmente, ocupar o seu lugar de direito, como ator principal na construção do futuro, situando-se no coração das organizações e das administrações, pública ou privada, e no centro da memória social.

Silvestre Lacerda

DIRETOR-GERAL DA DGARQ

Declaração Universal sobre os Arquivos

Os Arquivos registam decisões, ações e memórias. Os Arquivos constituem um património único e insubstituível transmitido de geração em geração. Os documentos de arquivo são geridos desde a sua criação para preservar o seu valor e significado. Os Arquivos são fontes fiáveis de informação para uma governação responsável e transparente. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida.

Por isso reconhecemos:

- o carácter único dos arquivos como provas autênticas das atividades administrativas, culturais e intelectuais e como um reflexo da evolução das sociedades;
- o papel essencial dos arquivos para garantir uma gestão eficaz, responsável e transparente, para proteger os direitos dos cidadãos, assegurar a memória individual e coletiva, e para compreender o passado, documentar o presente com vista a orientar o futuro;
- a diversidade dos arquivos permite documentar todas as áreas da atividade humana;
- a multiplicidade de suportes e formatos em que os documentos são produzidos e conservados, incluindo papel, eletrónico, audiovisual e outros;
- o papel dos arquivistas, profissionais qualificados, com formação inicial e contínua, ao serviço da sociedade, apoiando o processo de produção dos documentos, a sua avaliação, seleção e conservação, e a respetiva disponibilização;
- a responsabilidade coletiva, envolvendo, cidadãos, decisores públicos, proprietários ou detentores de arquivos públicos ou privados, arquivistas e outros profissionais da informação, na gestão de arquivos.

Por isso comprometemo-nos a trabalhar em conjunto, para que:

- sejam adotadas e aplicadas políticas e legislação arquivística adequadas;
- todos os organismos públicos ou privados que produzem e utilizam documentos para o exercício das suas atividades valorizem e exerçam eficazmente a gestão dos seus arquivos;
- sejam disponibilizados os recursos necessários para apoiar a adequada gestão dos arquivos, inclusive a contratação de profissionais qualificados;
- os arquivos sejam geridos e conservados de forma a garantir a sua autenticidade, fiabilidade, integridade e utilização;
- os arquivos sejam acessíveis a todos, respeitando a legislação em vigor sobre esta matéria e sobre os direitos dos cidadãos, dos produtores, dos proprietários e dos utilizadores;
- os arquivos sejam utilizados de modo a contribuir para a promoção de uma cidadania responsável.

Arquivo Distrital de Lisboa ■

A HISTÓRIA DO ARQUIVO DISTRITAL de Lisboa e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo cruzam-se ao longo de todo o século XX, daí a persistente confusão entre o ADLSB e o ANTT.

Gostaríamos de dar a conhecer um pouco da História do ADLSB, pois só assim se poderá reconhecer a identidade das duas instituições.

A origem do ADLSB remonta ao Decreto 2225, de 18 de fevereiro de 1916, onde se lê, [...] *Dada a existência de muitos livros de registo paroquiais que, pela sua importância histórica e por conveniência dos serviços de consulta e extracção de certidões, convém desde já incorporar e centralizar nos depósitos de Lisboa, dependentes da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos [...]*.

Artigo 1.º – É criado um novo arquivo, com sede no edifício do extinto paço patriarcal de S. Vicente, destinado à instalação dos livros de registos paroquiais incorporados...

Art.º 2.º – Esse Arquivo, considerado anexo ao Arquivo Nacional, intitular-se há **Arquivo dos Registos Paroquiais, Registo Civil**, e ficará, para todos os efeitos administrativos e técnicos, dependente da Inspeção [...].

O Decreto 4312, de 8 de maio de 1918, cria alguns arquivos distritais. Contudo, no seu art.º 12.º, lê-se: [...] *O Arquivo Nacional tem por fim conservar os cartórios dos estabelecimentos extintos, tanto seculares como eclesiásticos, e ainda os cartórios de repartições públicas que em virtude da sua antiguidade não sejam necessários ao seu expediente ordinário Servirá ainda de Arquivo dos distritos de Lisboa e Santarém [...]*.

O Decreto Lei 46350 de 22 de maio de 1965 opera uma profunda reestruturação nos arquivos distritais,

excetuando o ADLSB, sobre o qual se lê: [...] *No que toca à Torre do Tombo, vários problemas em adiantado estudo, desde aqueles que se ligam à sua instalação até ao de saber se devem continuar a incumbir-lhe, com os encargos de Arquivo Central da Nação, os de Arquivo Distrital de Lisboa, aconselham a não considerar desde já o assunto.*

Constata-se pois, que continua adiada a existência legal do ADLSB.

O Decreto Lei 149/83 de 5 de abril, que regulamenta os arquivos distritais, dá-lhes a importância legal que há muito lhes faltava. No seu art.º 1.º, alínea 2, lê-se: *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo da Universidade de Coimbra, nas suas funções de arquivos distritais, regulam-se também pelo presente Decreto Lei.*

Pela primeira vez são referidas as funções do ADLSB, em regulamentação específica dos arquivos distritais.

A dupla situação de Arquivo Nacional e de Arquivo Distrital continuará a ser assumida, no Decreto Lei 424/85, de 22 de outubro, que, no artigo 1.º, alínea 2, refere: [...] *O ANTT assume também as funções de arquivo distrital de Lisboa.*

De facto, o ADLSB só adquire autonomia, com o Decreto Lei 106-G /92, de 1 de junho, onde se lê: [...] *Não era adequado para o efeito, que ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo competisse a gestão do Arquivo Distrital de Lisboa e a um outro serviço a gestão dos demais arquivos distritais [...]* É, neste contexto, que no âmbito dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo é criada a Direção dos Arquivos Distritais, em que o ADLSB aparece como arquivo dependente, em paridade com os demais arquivos distritais, situação que se mantém, com o Decreto Lei 93/2007, de 29 de março,

em que no item 2, do art.º 1.º, se lê: [...] *A DGARQ integra, para além dos serviços centrais, arquivos dependentes de âmbito nacional e regional [...]*.

A esta longa História institucional, de união e/ ou sobreposição de funções, acresce o facto do ADLSB estar sediado no mesmo edifício do Arquivo Nacional o que induz o cidadão a pensar que se trata de uma única instituição. Na verdade, apesar da comunhão de espaços e partilha de alguns serviços, existe uma identidade própria na documentação do ADLSB, idêntica à dos outros arquivos distritais.

Detentor da documentação do antigo Arquivo dos Registos Paroquiais e do Registo Civil, afinal o seu embrião, dos Cartórios Notariais, dos Tribunais, da administração central desconcentrada, entre os quais a documentação do Governo Civil de Lisboa, da Polícia de Segurança Pública, do Concelho de Belém, de Bairros Administrativos de Lisboa, e de várias instituições públicas e privadas do Distrito.

O ADLSB tem como prioridade disponibilizar e dar acesso ao património arquivístico de que é detentor. Já se encontram disponíveis *online*, através do DIGITARQ, cerca de 850 mil imagens referentes a registos paroquiais e de passaportes do Distrito.

O público-alvo do ADLSB não são apenas os investigadores, estudantes ou genealogistas mas também, e particularmente, as instituições e o cidadão que carece de documentação com carácter probatório. O sítio Web, <http://adlsb.dgarq.gov.pt/> tem sido um bom veículo transmissor de informação e comunicação com o público.

Maria Adelaide Proença

DIRETORA DO ARQUIVO
DISTRITAL DE LISBOA

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças ■

O ARQUIVO CONTEMPORÂNEO do Ministério das Finanças, adiante designado ACMF – instalado num edifício de origem setecentista, construído durante o reinado de D. Maria I para funcionar como anexo do Celeiro Público da capital – foi formalmente criado por despacho ministerial de 12 de agosto de 1997, vindo o ACMF a ser inaugurado a 17 de setembro de 1999.

Funcionando na dependência da Direção de Serviços de Arquivos e Documentação da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, o ACMF resulta da estratégia de responsabilizar as instituições pela custódia e tratamento da documentação que produzem. Neste sentido, o ACMF tem vindo, desde a sua origem, a receber, tratar e disponibilizar documentação produzida pelos diversos organismos do Ministério.

Para cumprir cabalmente a sua missão, o ACMF dispõe de uma sala de leitura com 25 lugares, de depósitos para acondicionamento de documentação em suporte papel, microfilme e disco ótico e de equipamentos de microfilmagem e digitalização. Apetrechou-se igualmente de um Arquivo Digital que lhe permite disponibilizar remotamente, através da Internet, a documentação tratada, quer aos serviços internos do próprio Ministério, quer ao cidadão. Toda a infraestrutura tem sido operacionalizada pela existência continuada de um quadro de recursos humanos qualificado e motivado.

A sustentabilidade técnica e funcional tem tornado possível a incorporação regular de documentação no ACMF, por via protocolar ou por extinção de entidades. Das incorpo-



rações efetuadas até ao momento, destacamos, entre outros, os seguintes fundos documentais:

- Direção-Geral da Contabilidade Pública; documentos de despesa de diversas repartições ministeriais, cadastros de pessoal, processos de atribuição de pensões, etc.;
- Gabinete do Ministro das Finanças, constituído por cerca de duas centenas de séries documentais, classificadas por assunto ou por nome de entidade;
- Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças – documentação versando sobre assuntos como empresas públicas, empresas intervencionadas e participadas, privatizações, instituições de crédito, etc.;
- Secretaria-Geral do Ministério das Finanças; processos individuais de funcionários; processos de autorização de empréstimos a câmaras municipais até ao final do Estado Novo, etc.;
- Direção-Geral da Fazenda Pública – relativo a bancos, dívida flutuante, dívida pública, bilhetes do tesouro, processos individuais de funcionários, câmbios, informações sobre tesourarias, participação financeira do Estado em bancos e empresas, etc.;

- Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, resultante da aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas;
- Comissão Nacional de Pensões Eclesiásticas;
- Direção-Geral das Contribuições e Impostos, com destaque para os impostos extintos, matrizes prediais antigas e processos de Imposto Sucessório;
- Secretaria de Estado do Orçamento;
- Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública;
- Ministério do Planeamento;
- Comissão Euro;
- Defensor do Contribuinte

Além da sua atividade corrente, o ACMF participa atualmente em projetos apostados no desenvolvimento de linguagens e instrumentos transversais à Administração Pública Central no âmbito da gestão e preservação documental, nomeadamente da documentação eletrónica, tal é o caso da Macro-Estrutura Funcional e do Plano de Preservação Digital do Ministério das Finanças.

*João Paulo Sabino · Ana Maria Gaspar
Maria João Pedro Nunes*

Arquivos Municipais do Alto Minho ■

COM A RECENTE ABERTURA ao público do arquivo do Município de Ponte da Barca, o distrito de Viana do Castelo completou a cobertura da rede de serviços de arquivo camarários, sob a responsabilidade de técnicos superiores com formação na área.

Trata-se do corolário de uma estratégia traçada desde o ano de 1993, altura em que, aproveitando os trabalhos levados a cabo pelo Inventário do Património Cultural Móvel, foi possível tomar conhecimento do terreno e fazer uma primeira abordagem e sensibilização às instituições locais e a outros poderes instituídos.

Desde então, empenhou-se a direção do Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVCT) em fomentar a criação de serviços de arquivo das diversas entidades do distrito, entre as quais se destacavam os Municípios, por forma a promover mais eficazmente a salvaguarda do património documental existente e a garantir uma melhor gestão da informação. Por estes motivos, sempre se pugnou que, à frente de cada novo serviço, estivesse um técnico superior da área de arquivo. O objetivo visava a implantação de uma Rede de Arquivos regional que pudesse vir a ser integrada numa Rede Nacional, em articulação com o Arquivo Distrital.

Pouco a pouco, e beneficiando dos financiamentos proporcionados pelo Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), foram criados e instalados serviços de arquivo nas autarquias, sempre sob a responsabilidade de um técnico superior. A maioria acabou por usufruir das verbas atribuídas por aquele programa (iniciado apenas

no segundo semestre de 1998), quer na construção ou reabilitação de edifícios destinados a serviços de arquivo, quer no apetrechamento daqueles espaços e no apoio à gestão e tratamento dos acervos documentais, entretanto, já instalados em imóveis próprios. O ADVCT foi prestando apoio no que concerne à formação do pessoal, à elaboração de propostas de regulamento interno, à conceção do projeto de construção das instalações, à avaliação documental, entre outros, mesmo antes do lançamento do PARAM.

Em 2003, sob a coordenação do ADVCT e da então Diretora, Maria Olinda Alves Pereira, foi criado um grupo de trabalho, denominado Grupo de Trabalho dos Arquivistas do Alto Minho (GTAAM). Este grupo, que reúne os arquivistas responsáveis pelos vários serviços de arquivo dos Municípios do Alto Minho, tem por objetivo aproximar metodologias de trabalho e desfazer dúvidas relativas à prática arquivística. Atualmente, além dos dez Municípios do distrito de Viana do Castelo, o GTAAM inclui ainda dois do distrito de Braga – Guimarães e Vila Verde.

A constituição do GTAAM abriu um novo espaço para a partilha de experiências, onde se fomenta a entreaajuda no que respeita à procura das soluções mais adequadas para os problemas encontrados pelos técnicos. Nas reuniões periódicas, dá-se conta da evolução dos trabalhos desenvolvidos por cada serviço e debatem-se questões técnicas comuns.

Não obstante o trabalho conjunto no referente ao tratamento documental e difusão dos acervos à sua guarda, cada serviço tem a

sua particularidade, atendendo ao meio em que se encontra inserido, à documentação que custodia e ao próprio perfil do técnico que o dirige. Daqui resulta que uns estejam mais vocacionados para o serviço educativo e para a interação com a comunidade, outros para a disponibilização de informação via web, outros para a avaliação documental, ou ainda para a recolha de arquivos concelhios.

A par dos frutos colhidos individualmente por cada arquivo, do esforço coletivo dos membros do grupo resultaram várias iniciativas de relevo:

- A contribuição dos Municípios para o Fichero Nacional de Autoridades Arquivísticas;
- A participação em ações de formação no âmbito da conservação de coleções de fotografia, concretizadas no quadro da parceria do ADVCT com o CPF;
- Uma mostra conjunta – *O Alto Minho e a República* – com documentos de cada Município alusivos ao tema. Esta exposição de cariz itinerante, circula pelo distrito desde outubro de 2010, altura em que foi inaugurada.

Num horizonte próximo, perspetiva-se um maior reforço da aquisição e partilha de conhecimentos, com especial enfoque na área da preservação digital, a integração dos membros do GTAAM na Rede Portuguesa de Arquivos, bem como o alargamento deste grupo a arquivistas provenientes de outras entidades do distrito.

Maria Clotilde Amaral

DIRETORA DO ARQUIVO DISTRITAL
DE VIANA DO CASTELO

Arquivo Histórico das Minas de Jales no Arquivo Distrital de Vila Real ■



DIRP/CML LOURES 2011



DIRP/CML LOURES 2011

FOI ASSINADO A 29 DE SETEMBRO, o auto de entrega do Arquivo Histórico das Minas de Jales, que se encontrava no Centro de Documentação do Museu da Cerâmica de Sacavém, ao Arquivo Distrital de Vila Real.

A cerimónia de assinatura decorreu no Museu da Cerâmica de Sacavém, que pertence à Câmara Municipal de Loures e contou com a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures e Vereador responsável pelo Departamento da Cultura, João Pedro Domingues; do Diretor-Geral da Direção-Geral de Arquivos, Silvestre Lacerda e do Diretor do Arquivo Distrital de Vila Real, Paulo Guimarães.

Na oportunidade, o Diretor-Geral de Arquivos elogiou a vontade do Município de Loures em avançar com o processo de entrega da documentação, *fazendo com que o arquivo volte às suas origens, pois nem sempre em Portugal é fácil levar a bom termo estes processos.*

Apesar da investigação realizada, para se tentarem apurar os factos, pouco se sabe, ainda, como é que os arquivos das Minas de ouro e prata de Jales, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, em Vila Real, vieram parar á antiga Fábrica de Loiça de Sacavém, onde se encontravam sob a tutela do Centro de Documentação Manuel Joaquim Afonso, afeto ao Museu da Cerâmica.

O arquivo, constituído por 120 caixas de documentos, datados de 1933 a 1992, ilustram a atividade de exploração de ouro e prata nas minas de Jales, exploradas desde o tempo dos romanos e desativadas em 1992.

A descida da cotação do ouro, a baixa produtividade, e a degradação dos equipamentos terão sido os fatores que determinaram este desfecho. Os documentos versam sobre as mais diversas temáticas: serviços técnicos, pedidos de concessão, correspondência, contabilidade, contencioso, documentos bancá-

rios, grémio das minas, recortes de imprensa, entre outros.

O Diretor do Arquivo Distrital de Vila Real realçou a importância do retorno do arquivo à região de origem, tratando-se de mais *uma peça no puzzle* e a sua incorporação resulta da importância que lhe é atribuída, já que se trata de um arquivo privado.

O arquivo das Minas de Jales deu entrada no Arquivo Distrital de Vila Real, a 11 de outubro. Vai ser intervenção tecnicamente, tendo-se iniciado já as tarefas de organização e descrição. Posteriormente, será digitalizado e disponibilizado na página WEB do Arquivo Distrital. O objetivo é a divulgação de um rico património documental, que não é apenas local ou regional, mas que, pelo seu âmbito e conteúdo se assume de interesse nacional.

Paulo Guimarães

DIRETOR DO ARQUIVO DISTRITAL
DE VILA REAL

DIONISIVS REX: documentos de D. Dinis na Torre do Tombo ■

*Na noite escreve um seu Cantar de Amigo
O plantador de naus a haver
E ouve um silêncio múrmuro consigo:
É o rumor dos pinhais que, como um trigo
De Império, ondulam sem se poder ver*

F. Pessoa, *Mensagem*

TRAZER AO CONVÍVIO DO PÚBLICO alguns documentos emanados da Chancelaria do rei D. Dinis, daquele que foi o seu arquivo corrente, na comemoração dos 750 anos do seu nascimento, a 9 de outubro de 1261, é convocar a presença de um monarca que perdura na nossa memória coletiva, factual e lendária.

Rei poeta, homem culto, o fundador da Universidade e promotor do uso da língua portuguesa, casado com Isabel de Aragão, a rainha do Milagre das Rosas, a premonição do futuro na plantação do pinhal de Leiria e na fundação da Ordem de Cristo, para citar apenas algumas das referências mais comuns trazidas pelos visitantes de todas as idades que vêm conhecer mais de perto um rei cuja memória lhes é tão grata.

Com um reduzido conjunto de documentos expostos, face à produção documental existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, para este longo e multifacetado reinado de 47 anos (1278-1325), esta exposição é um convite a uma exploração atenta, dirigida a diferentes segmentos de públicos que reconhecem através dela o papel do Arquivo como instituição de investigação, de cultura e de cidadania.

Os documentos permitem acompanhar o percurso biográfico e pessoal de D. Dinis (casamento, cantigas de amor, testamentos) e ilustrar a habilidade e alcance estratégico da atuação política de D. Dinis através do tratado de Alcanices, a criação da Ordem de Cristo, o contrato de vassalagem com o genovês Manuel Passanha, documento conhecido como a certidão de nascimento da Marinha Portuguesa. Por último, apresentam-se também a Crónica de D. Dinis, como um dever de Memória, ordenado por D. Manuel I ao Cronista e Guarda-Mor da Torre do Tombo, Rui de Pina, e ainda um pequeno núcleo documental referente a Odivelas: a carta da Fundação do Mosteiro de S. Dionísio, em

1295, onde quis ser sepultado, e documentos que atestam o processo de extinção do mesmo Mosteiro após a implantação do liberalismo e da República, momentos marcantes de incorporações de Fundos Documentais provenientes dos Conventos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Percorrendo os documentos, revisitamos o legado decisivo deste monarca para a construção da nossa identidade enquanto povo que habita um território cujas fronteiras conheceram com o Tratado de Alcanices, a última etapa da sua definição, e que fala uma língua que D. Dinis soube cultivar na sua expressão poética, patente no Fragmento de 7 Cantigas de Amor da sua autoria, e de acordo com o musicólogo, Manuel Pedro Ferreira, por ele musicadas, e cujo uso promoveu nos documentos da sua Chancelaria escritos em português. Evoca-se também o monarca hábil na negociação com o Papa fazendo transitar homens e bens da extinta Ordem do Templo para a nova Ordem de Cristo cujos Mestres eram escolhidos entre homens da confiança do rei.

Por fim, cuidou de preparar a morte, como podemos conhecer pelos seus testamentos, que refletem a atitude do homem da Baixa Idade Média perante este momento. Neste caso, um bom rei, é também aquele que sabe morrer bem, e assume-se de forma exemplar perante a sociedade que tutela: cuida da salvação da sua alma, escolhe a Igreja da sua sepultura, reconcilia-se com os vivos a quem pede perdão das suas malfeitorias, pratica o bem distribuindo generosas dádivas pelos mais necessitados como mulheres virgens sem dote, hospital dos meninos enjeitados, gafos, libertação de cativos, mulheres emparedadas, pobres vergonhosos e distribui joias pessoais por familiares e Igrejas.

As abordagens da exposição têm respondido maioritariamente a pedidos de professores do 10.º ano que procuram o Arquivo para visitas temáticas que valorizem e exemplifiquem como se faz a construção do saber histórico a partir de fontes documentais e ainda de professores do 1.º ciclo, para crianças do 3.º e 4.º anos, em iniciação ao estudo do passado.

Assim, para o primeiro grupo, o conjunto de documentos expostos apresenta-se idealmente como um bom exemplo para a inventariação de uma grande multiplicidade de ferramentas interpretativas ao serviço da construção do saber histórico: paleografia, sigilografia,



conhecimento dos suportes, das tintas, além da interpretação dos conteúdos através do conhecimento do latim, cronologia...

O fragmento com as Cantigas de Amor do rei D. Dinis, identificado em 1990 por um investigador da Torre do Tombo, é um momento de reconhecimento muito especial ao génio poético do rei e deixa antever aos mais novos que os Arquivos são um universo de informação a explorar onde há ainda lugar a descobertas futuras para investigadores atentos. De registar que se trata do mais antigo documento português de música profana, até agora identificado.

Para os mais pequenos a exploração da carta tabeliônica mandada lavar pelo rei para *ficar certa memória* de um solho de grandes dimensões, pescado no Tejo, e que lhe foi apresentado por D. Guedelha, rabi-mor de Santarém, quando aí se encontrava com a corte e no dia em que regressava da caça para jantar, mereceu uma atenção especial, pois estamos perante um testemunho que nos transporta para um momento da vivência do rei e da sua corte.

No final da exposição, realizamos com os mais pequenos um exercício de *leitura paleográfica* a que chamamos *Detetive de Palavras*. Trata-se da identificação visual de algumas palavras desta carta tabeliônica que ampliámos e imprimimos. Destacámos algumas palavras do texto na grafia original e atual. Lançam-se com entusiasmo à tarefa que concretizam com sucesso, orgulhosos por identificarem palavras num texto grafado há 7 séculos, reconhecendo alguns aspetos da evolução da língua: palavras que se escrevem da mesma maneira, outras que alteraram a grafia e outras ainda que alteraram o seu sentido. Um exercício pertinente na hora de fixar o novo acordo ortográfico... E, paralelamente, a exploração da riqueza do seu conteúdo informativo: formas de datação,

a caça como atividade da nobreza, a pesca, pesos e medidas, a proximidade dos Judeus na Corte, grupos sociais e profissionais presentes – *homens de muitas terras e desvairadas nações* – e a ausência de figuras femininas nestas vivências. Mil abordagens e interrogações podemos fazer deste documento, um bom ponto de partida para o exercício de escrita criativa ou de expressão plástica na escola...

A cada grupo de visitantes cabe-nos, enquanto Serviço Educativo, num trabalho de mediação sempre diferenciado, dar a maior autonomia possível na construção das leituras desta ou de qualquer exposição. Mas se quisermos fazer uma mediação verdadeiramente emancipadora e motivadora para os públicos não especializados como é o caso do público escolar, uma questão se coloca com particular acuidade nesta exposição de documentos da Idade Média: a necessidade de fornecer instrumentos – transcrições paleográficas em português atual – que possibilitem o acesso à informação dos mesmos, para que estes possam ser abordados autonomamente pelos visitantes como fontes do saber para além da evidência de serem artefactos em pergaminho, por vezes, iluminados, com mais ou menos selos pendentes ou outros sinais de validação e grafados numa caligrafia inacessível ao leitor não especializado.

Assim melhor poderemos promover o trabalho e/ou exploração das visitas de estudo em contexto de sala de aula, estimulando o gosto pela História, pela cultura, apoiar a formação de investigadores para o futuro, cumprindo a Missão educativa dos arquivos, o seu dever de Memória, especialmente para com os mais novos, aqueles a quem caberá, por herança, defender este património.

Maria Trindade Marques Serralheiro

GABINETE DE RELAÇÕES EXTERNAS E COOPERAÇÃO

REGISTO MEMÓRIA DO MUNDO

Relatório da 1.^a Travessia Aérea do Atlântico Sul ■

A UNESCO CRIOU EM 1992 o Programa – *Memória do Mundo* com o objetivo de sensibilizar a opinião pública para a importância da conservação, preservação e valorização do património documental, conservado em arquivos e bibliotecas.

Em março de 2010, a Biblioteca Central e Arquivo Histórico da Marinha, no quadro da sua missão e pondo em prática uma política de divulgação e valorização do seu património, apresentou a candidatura a este programa, do *Relatório da 1.^a Travessia Aérea do Atlântico Sul* efetuada em 1922 e elaborado pelos Comandantes

Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Esta candidatura teve o apoio da Comissão Nacional da UNESCO e da Direção-Geral de Arquivos.

A UNESCO inscreveu, o *Relatório da 1.^a Travessia Aérea do Atlântico Sul*, no Registo da *Memória do Mundo*, a 27 de julho de 2011, que, a partir desta data, é considerado Património da Humanidade.

O Relatório, constitui um documento único e original, integrando dois testemunhos que descrevem a viagem a bordo de um hidroavião que partiu de Lisboa, rumo ao Brasil, utilizando como meio de navegação

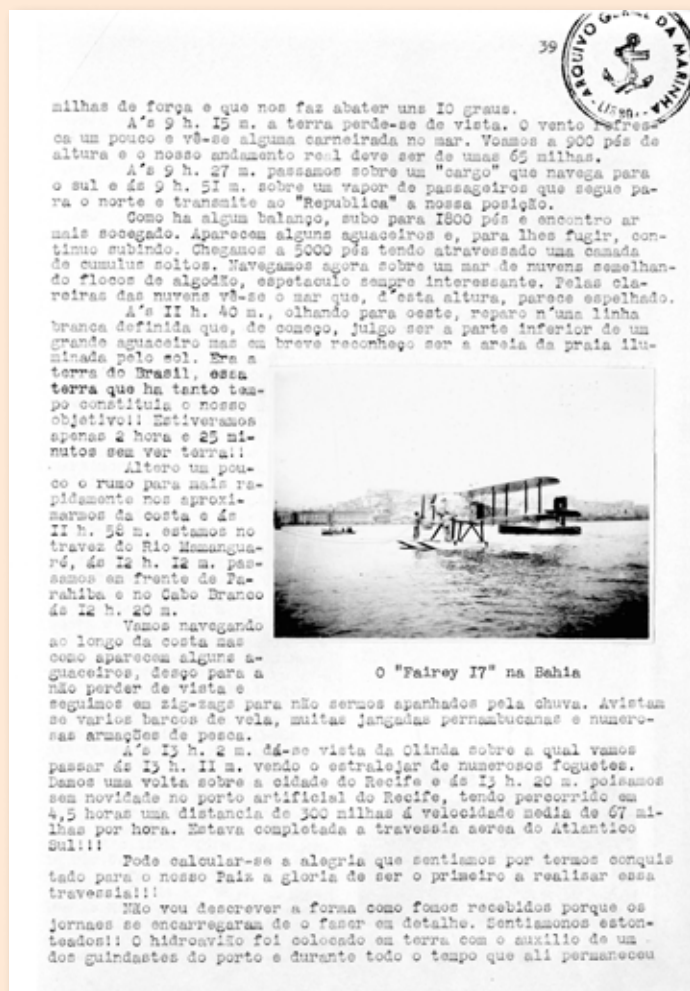
astronómica o sextante de horizonte artificial, inventado por Gago Coutinho. Esta proeza é um marco na História da Aviação, assinalando a estreia do sextante, como meio fundamental na navegação aérea.

Gago Coutinho descreve a parte técnica da navegação e Sacadura Cabral relata as razões, motivações, preparação e descrição da viagem.

A principal motivação para a realização de uma viagem aérea ao Brasil era a de estreitar as relações entre os dois países e salientar a importância geo estratégica de Lisboa, como elo de ligação entre a Europa e as Américas, prevendo o desenvolvimento da aviação.

Após uma cuidadosa conceção e um metódico estudo, o hidroavião *Lusitânia* da Aviação Naval iniciou a travessia aérea, a 30 de março de 1922, no rio Tejo, frente à Torre de Belém, pilotado por Sacadura Cabral, tendo Gago Coutinho como navegador.

A primeira escala foi efetuada em Las Palmas, nas Canárias, e a segunda em S. Vicente de Cabo Verde. Nestes dois trajetos verificou-se um consumo de combustível superior ao garantido pela fábrica construtora do motor, o que não permitia cobrir o maior percurso do trajeto: Praia – Ilha de Fernando Noronha. Na alternativa à desistência da viagem, os dois oficiais optaram por escalar os Penedos de S. Pedro e S. Paulo, umas pedras perdidas na imensidão do Atlântico Sul. É assim realizada a maior façanha da viagem – o encontro, só possível com uma primorosa navegação astronómica, daqueles minúsculos rochedos, ao fim de 11 horas e meia de voo. Ao amarar, o *Lusitânia* perdeu um dos flutuadores e acabou por se afundar, sendo os aviadores salvos pelo cruzador *República* que os aguardava junto aos Penedos. Receberam depois, um segundo hidroavião, por vontade do Governo Português, impulsionado pelo entusiasmo popular que a travessia despertou.



Com o novo hidroavião, desembarcado em Fernando Noronha, decidiram voltar aos Penedos, movidos pelo desejo de realizar o percurso não efetuado. Na volta dos Penedos uma avaria do motor obrigou-os a pousar em pleno mar. Ficaram nove horas à espera de socorro, assistindo gradualmente ao afundamento do aparelho.

Um terceiro hidroavião foi-lhes enviado e nele atingiram o Recife, a 5 de junho de 1922. Daí em diante, sucederam-se curtas escalas ao longo da costa, ditadas pelas exigências das várias cidades brasileiras que desejavam prestar-lhes homenagem. Finalmente, amararam na baía de Guanabara a 17 de junho de 1922.

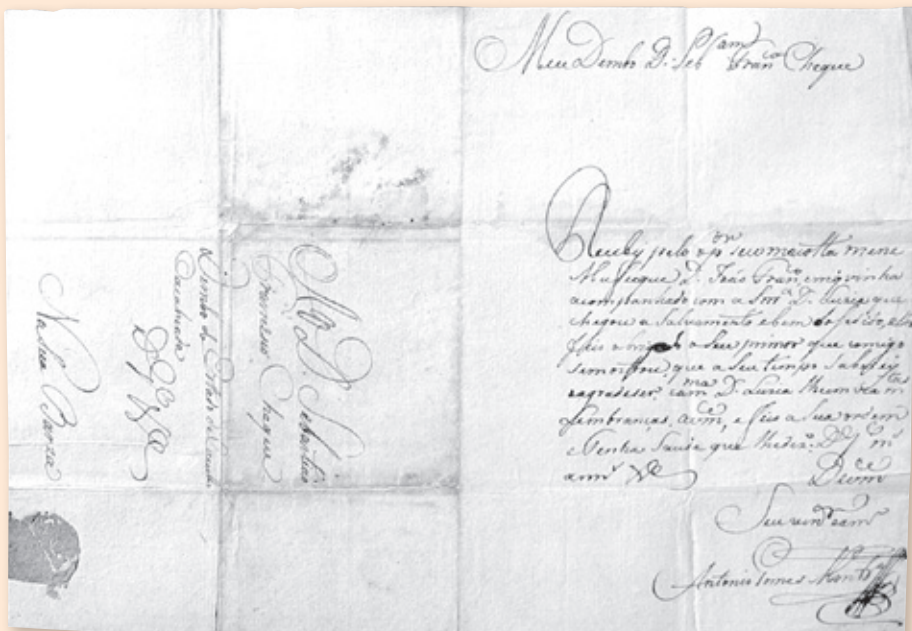
Estava completada a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, tendo sido percorridas 4.527 milhas marítimas em 62 horas e 26 minutos, de voo efetivo.

Esta travessia representa uma prova da coragem, determinação e competência profissional dos portugueses na conquista do espaço, passados mais de 400 anos da chegada das naus de Pedro Álvares Cabral.

O registo deste documento pela UNESCO na *Memória do Mundo* é para a Marinha e para o seu Arquivo Histórico uma honra, pelo reconhecimento do seu acervo documental e simultaneamente uma responsabilidade acrescida pela conservação, preservação e divulgação do seu património.

Isabel Beato

CHEFE DO ARQUIVO
HISTÓRICO/BIBLIOTECA
CENTRAL DA MARINHA



Carta de António Gomes Monteiro para D. Sebastião Francisco Cheque Dembo do Estado Caculo Cacahenda, [final do séc. XIX.] AHU, Arquivos dos Dembos.

O Arquivo de Dembos ■

OS ARQUIVOS DOS DEMBOS, que se encontram em Angola e Portugal, foram inscritos no Registo da *Memória do Mundo* da UNESCO. A proposta tinha sido apresentada em 2010 por Portugal, através do Arquivo Histórico Ultramarino / Instituto de Investigação Científica Tropical, com o apoio da Comissão Nacional da UNESCO e da DGARQ e por Angola, através do Arquivo Nacional. No AHU encontram-se cerca de 1200 documentos em papel, sobretudo correspondência, datada de finais do séc. XVII até meados do séc. XX, trocada entre as autoridades tradicionais africanas da região dos Dembos, no Norte de Angola, entre as quais o rei do Congo, e as autoridades coloniais portuguesas em Angola. A documentação é constituída por originais, cópias, rascunhos e minutas, nomeadamente de ofícios e cartas privadas, bilhetes, testamentos, listas de produtos, recibos, ordens de pagamento, processos judiciais, requerimentos, autos de vassalagem, guias de marcha, orações e cartilhas. Alguns documentos apresentam selos de cera ou de papel, de autoridades dos Dembos ou portuguesas. Os assuntos são variados, como por exemplo: mobilidade espacial, rotas comerciais, propriedade da terra, relações diplomáticas, vassalagem, guerra, conflitos de jurisdição e regulação por africanos e europeus, tráfico de escravos, ensinar a contar, a escrever a língua portuguesa, provisão de escrevães e secretários para os Dembos, linhagens africanas. Estes documentos têm a singularidade de refletirem a apropriação da escrita, por povos africanos do grupo mbundu com uma tradição oral kimbundu, através da língua portuguesa. Palavras em kimbundu foram adaptadas ao português e o inverso também sucedeu. O kikongo ecoa aqui e utilizou-se ainda o latim. Parte desta documentação foi desinfestada e tem sido objeto de tratamento de conservação. A inscrição destes arquivos no Registo da *Memória do Mundo* incentiva a elaboração de um projeto, articulado com Angola, no sentido de serem tratados globalmente e disponibilizados ao público.

Ana Cannas

DIRECTORA DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Informação pública ■

A DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS realizou a 7 e 8 de novembro o Seminário (r) *evolução da informação pública: preservar, certificar e acessibilizar*.

O seminário abordou de forma intensiva a problemática da informação pública enquadrada no atual contexto social e organizacional. Presentemente podemos identificar, à escala mundial, dois macro fatores que determinam uma forte alteração das características endógenas e exógenas da informação, influenciando criticamente as possibilidades e metodologias necessárias para operar sobre essa mesma informação.

A virtualização é a primeira dessas características. Com efeito a mediação tecnológica é, hoje em dia, praticamente omnipresente. Esta realidade configura desafios e problemas – e também benefícios – concretos e reais relativamente à sua utilização e reutilização, preservação e certificação. A lógica prevalecente, herdada do universo analógico, não é praticamente aplicável num meio digital, pelo que urge refletir sistematicamente na procura de novas soluções.

Por outro lado a globalização tem como consequência o acesso universal à informação, pelo que a sua utilização operacional ou lúdica e reutilização estão na ordem do dia. A informação que produzimos hoje num computador pessoal pode ser, e provavelmente é, consultada por qualquer pessoa em qualquer parte do mundo. Este facto traz responsabilidades morais, legais e tecnológicas acrescidas na produção e acessibilização da informação que devem ser objeto de sistematização e reflexão.

Numa perspetiva portuguesa, este seminário contemplou a abordagem

de questões decorrentes das iniciativas desenvolvidas no âmbito do Governo Eletrónico e da reforma da Administração Pública tais como: digitalização de documentação de arquivo; desmaterialização de processos; certificação digital e segurança eletrónica; soluções de preservação digital; interoperabilidade semântica e técnica.

O desenvolvimento da simplificação e da modernização desencadeado no âmbito das iniciativas do Governo Eletrónico e da reforma da Administração Pública provocou uma mudança de paradigma na produção da informação. Num escasso período de tempo, a promoção da desmaterialização de processos e da digitalização progressiva de documentação impôs-se. Eliminar a circulação de documentos em papel e potenciar a facilidade da sua consulta interna e externa bem como das transações eletrónicas – entre os vários serviços públicos e entre o Estado, os cidadãos e as empresas –, passou a ser uma prioridade estratégica nacional e o motor de uma (r) evolução digital que culminou no aparecimento de múltiplas plataformas eletrónicas criadas e desenvolvidas no âmbito da Sociedade da Informação.

Decorrente destas novas metodologias, assentes nas tecnologias da informação, como principal suporte da produção, gestão e armazenamento dos vários tipos de informação pública em permanente evolução, a Direção Geral de Arquivos, enquanto órgão coordenador do sistema nacional de arquivos, tem vindo, nos últimos anos, a realizar iniciativas de sensibilização, junto dos atores envolvidos nesses processos, alertando para a problemática emergente da rápida obsoles-

cência tecnológica e da consequente necessidade de utilização a médio e longo prazo de informação dependente de sistemas intermediários, mas também para o desafio da sua partilha e reutilização entre organismos públicos.

Os objetivos deste seminário eram suscitar a partilha de informação e o debate em volta dos problemas referidos, tentando envolver o mais possível o público, em que se enquadravam como possíveis destinatários, não só os profissionais da informação mas também os trabalhadores que, ainda que desempenhando outras funções não especificamente relacionadas com a gestão da informação, diariamente são utilizadores da mesma e portanto atores intervenientes neste processo. O cidadão, enquanto fiel da balança em que se equilibra a transparência, democracia e responsabilização, relativamente à salvaguarda da memória social, era indubitavelmente um participante desejado.

Em termos práticos pretendeu-se:

- Trazer para a ordem do dia as questões referidas;
- Definir o contexto de produção documental decorrente da desmaterialização de processos na Administração Pública;
- Identificar modelos de especificação para Sistemas de Gestão de Documentos de Arquivo eletrónico e aspetos legais inerentes à gestão digital;
- Identificar e problematizar questões relacionadas com a digitalização, preservação e certificação digital de documentos probatórios, a longo prazo;
- Abordar a certificação de repositórios digitais como solução confiável do valor probatório, a longo prazo;



- Identificar boas práticas de interoperabilidade semântica e técnica;
- Divulgar iniciativas, projetos ou programas estratégicos nas áreas objeto de discussão do seminário.

Com o propósito de alcançar um maior envolvimento por parte do público foram organizadas 4 sessões de trabalho dinamizadas por um coordenador, em que o debate e expressão de opiniões, dúvidas e experiências foi talvez o ponto mais enriquecedor deste seminário e que mais mereceu a aprovação dos intervenientes.

Com esta iniciativa pretendeu-se:

- Aprofundar as temáticas do seminário;
- Complementar as exposições teóricas com a apresentação de casos e debates práticos, tendo em vista a formulação de soluções;
- Suscitar a interação e conhecimento dos participantes entre si e a troca de experiências;
- Inferir conclusões relativamente a cada uma das temáticas abordadas.

As sessões decorreram ao longo de dois dias com a presença de

especialistas atuantes em diferentes áreas da administração pública e do sector privado, contribuindo dessa forma para cruzar diferentes perspetivas e práticas, sobre as temáticas.

As comunicações apresentadas versaram sobre os temas propostos que foram cinco:

- Substituição do papel pelo digital? Constrangimentos e oportunidades em confronto
- Desmaterialização de processos
- Certificação digital e a segurança eletrónica da informação pública
- Preservação digital
- Comunicação e (re)utilização da informação na administração pública

O seminário terminou com a leitura das conclusões, tanto das sessões de trabalho como gerais, efectuando-se um balanço extremamente positivo.

Todas as comunicações apresentadas estão disponíveis no sítio web da DGARQ em <http://dgarq.gov.pt/noticias/seminario-%E2%80%93-revolucao-da-informacao-publica-preservar-certificar-e-acessibilizar/>

O evento foi filmado e excertos das comunicações e dos debates irão ser progressivamente disponibilizados na página electrónica da DGARQ.

Da análise preliminar das respostas ao inquérito electrónico que a DGARQ lançou sobre este evento, não restam dúvidas, quanto à satisfação do público. É importante reter algumas conclusões: – As pessoas desejam veementemente discutir e falar sobre estas questões. Para isto contribui a premência diária com que são confrontadas nos seus locais de trabalho por esta nova realidade e também a dificuldade em encontrar respostas e soluções. Uma conclusão essencial deste seminário é a necessidade de organizar eventos em que a partilha de informação e conhecimento se torne uma realidade efectiva e que contribua tanto para uma perceção completa e esclarecida do que está em jogo como também para o desenvolvimento de soluções que, de forma partilhada, nos levem por caminhos mais sólidos e fiáveis.

Francisco Barbedo

SUBDIRECTOR DA DGARQ

Jornada Gestão da informação arquivística numa Administração Pública renovada ■

REALIZOU-SE NO PASSADO DIA 20 de outubro, na D GARQ, a Jornada *Gestão da informação arquivística numa Administração Pública* renovada, que teve como principais objetivos debater os resultados do modelo de gestão de documentos de arquivo associado ao Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e contribuir para a definição de uma estratégia de futuro para o desenvolvimento da área. O evento contou com a presença de quase três centenas de participantes provenientes, na sua maior parte, de organismos dos diversos ministérios.

A abertura da Jornada foi realizada pelo Diretor-Geral da D GARQ, Silvestre Lacerda.

Na sessão dedicada à posição da D GARQ sobre os arquivos da Administração Central do Estado (ACE) interveio, em primeiro lugar, o Subdiretor-Geral, Francisco Barbedo, que especificou as linhas gerais de atuação do organismo desde 2007 na estruturação e qualificação de uma rede de arquivos, na preservação do património digital nacional e na criação de estruturas para a divulgação dos documentos de arquivo, nomeadamente o Portal Português de Arquivos.

A segunda intervenção da responsabilidade do Diretor de Serviços de Arquivística e Apoio Técnico, Pedro Penteado, que apresentou os diversos contributos da D GARQ na qualificação dos sistemas de arquivo da Administração Central, quer através de orientações técnicas, consultorias e auditorias, quer de diagnósticos e propostas de intervenção estratégicas para a melhoria do setor.

Os trabalhos continuaram com a apresentação de Angélica Jorge, da Secretaria-geral do Ministério da Administração Interna, que falou da experiência na gestão de documentos de arquivo salientando o processo de elaboração do Plano de classificação, da Portaria de gestão de documentos e do Plano de preservação digital, instrumentos transversais a todo o Ministério. Seguidamente, José Maria Pedro, da Inspeção-Geral de Finanças, forneceu aos presentes uma visão ampla sobre a valorização dos arquivos e outros repositórios de informação da ACE, de modo a promover a transparência, a gestão do conhecimento organizacional e a melhoria do serviço público.

Os trabalhos do período da tarde iniciaram-se com a mesa redonda Percursos e estratégias de desenvolvimento dos arquivos da ACE, coordenada por Pedro Penteado e Alexandra Lourenço, da D GARQ e que teve como convidados António Bento da Agência para a Modernização Administrativa, Paula Telo da Secretaria -Geral do Ministério da Educação, Maria João Pedro Nunes da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, Januário Rodrigues do Instituto de Segurança Social e Paula Meireles da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Numa primeira ronda foram apresentadas as experiências arquivísticas de cada organismo, bem como a perceção de cada interveniente relativamente ao modelo de gestão de documentos implementado na Administração Pública (AP) ou aos desafios do Governo eletrónico nos últimos cinco anos. Numa segunda ronda, os intervenientes pronunciaram-se sobre as oportu-

nidades e constrangimentos que se colocam, no domínio arquivístico, aos organismos públicos, nomeadamente no contexto do PREMAC – Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, ao mesmo tempo que tentaram apresentar perspetivas para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento da área. Seguiu-se um amplo debate sobre o tema, que envolveu também a assistência.

As apresentações e os debates realizados ao longo de toda a Jornada permitiram apurar algumas conclusões, de que destacamos:

- A necessidade de sensibilizar políticos e dirigentes superiores da AP para a importância dos seus arquivos enquanto repositórios de recursos informacionais de qualidade, que não podem ser desperdiçados e que devem ser tratados convenientemente, de modo a estarem acessíveis e reutilizáveis pelo Estado, pelo cidadão e pelas empresas na construção de novo conhecimento;
- A necessidade de reforçar o trabalho em rede na AP, através de uma aposta na interoperabilidade entre sistemas de informação e na construção de instrumentos de gestão de documentos de arquivo que possam ser aplicados transversalmente, com economia de recursos.

A maior parte das comunicações apresentadas na Jornada estão disponíveis online em: <http://dgarq.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/eventos/jornada-gestao-da-informacao-arquivistica-numa-ap-renovada/>.

Pedro Penteado e Ana Barros

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE
ARQUIVÍSTICA E APOIO TÉCNICO

A TT ao Encontro de Todos ■

A TT AO ENCONTRO DE TODOS EM 2011 FOI O CONVITE institucional lançado, para dar a conhecer a documentação com tratamento arquivístico concluído em 2011, ou a continuar em 2012, e representou também uma oportunidade para ouvir sugestões, críticas ou ideias dos participantes presentes, no tempo que lhes estava dedicado.

Realizado a 16 de novembro, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, contou com a participação de investigadores, professores de diferentes níveis de ensino, colaboradores da rede de bibliotecas escolares, profissionais liberais, estudantes, bibliotecários e arquivistas.

A iniciativa, presidida pelo Diretor-Geral da Direção Geral de Arquivos e Diretor do ANTT, contou com a colaboração das três unidades orgânicas do ANTT: Divisão de Conservação e Restauro – DCR, Divisão de Comunicação – DC e a Divisão de Aquisições e Tratamento Arquivístico – DATA.

O programa, composto por três partes, em que nas duas primeiras foi abordado o tratamento arquivístico, da esfera de competências da DATA e na terceira, a apresentação e exploração de conteúdos, da responsabilidade da D.C.

Na primeira parte, destacamos a apresentação de dois instrumentos de descrição para os fundos eclesiásticos, um guia e um catálogo em linha. Pela primeira vez, o trabalho desenvolvido nos fundos eclesiásticos, ainda que em fases anteriores, recebeu uma apreciação técnica. Apesar de não se ter desenhado uma ação abrangente nesta documentação, os objetivos contratualizados permitiram progredir no tratamento arquivístico de documentação que não se encontrava integrada em fundos já descritos, na identificação de novos fundos, possibilitaram a inclusão de documentação deslocada na casa forte, e deram oportunidade à recolha de informação dos produtores de fundos regulares e seculares para o Registo de Autoridades Arquivísticas. No tempo dedicado aos participantes, ficou o registo do interesse suscitado pela iniciativa e o pedido de uma nova iniciativa para 2012, o valor do trabalho técnico como referência, para o trabalho desenvolvido no Arquivo da Cúria Patriarcal, a sugestão da edição eletrónica do Guia de Fundos Eclesiásticos em pdf, foram efetuados vários pedidos de esclarecimentos, e apresentados contributos de investigação, que teremos em consideração a curto prazo.

Na segunda parte, apresentaram-se 6 dos 11 objetivos de tratamento arquivístico alinhados com o objetivo operacional 1 do QUAR da DGARQ, [...] *prossequindo a disponibilização de conteúdos na WEB, com particular incidência no património comum à Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa-CPLP* [...]. Nesta perspetiva, a DATA apostou em

fundos ou partes coerentes de fundos, com valor informativo e abrangência geográfica relevantes para esses Países. Com este objetivo, privilegiou-se a identificação sumária do tipo de documentos existentes em cada fundo, coleção ou série, e a apresentação dos conteúdos encontrados.

A comunicação sobre a *Agência Geral do Ultramar* incluiu não só a apresentação sobre o tratamento arquivístico em curso, como também a exposição sobre a intervenção, que está a ser desenvolvida nesta documentação, na área da conservação.

Na terceira parte, confiada à DC, falou-se da prática de diálogo e recetividade dada às sugestões do público, da sua colaboração na identificação de certos conteúdos documentais, e exploraram-se alguns conteúdos disponíveis no sítio do ANTT, na perspetiva do serviço público de referência ou da pesquisa na internet.

Apresentaram-se resultados do catálogo em linha, em fundos do património arquivístico comum, bem como, temas e acontecimentos organizados em *Exposições virtuais* e em *Eventos em documentos*: – uma aposta institucional que integra o tratamento arquivístico de novos documentos identificados no ANTT, associando-os à comemoração de acontecimentos desde que, documentados na Torre do Tombo, divulgando em simultâneo, a bibliografia nela existente. Visitaram-se os seguintes *Eventos em documentos* publicados em 2011: Os 50 anos do *Início da Guerra Colonial*, <http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais/eventos-em-documentos/inicio-da-guerra-colonial/>; os 250 anos da *Abolição do tráfico de escravos*, <http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais/eventos-em-documentos/abolicao-do-trafico-de-escravos/>; os 750 anos do *Nascimento de D. Dinis*, <http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais/eventos-em-documentos/o-nascimento-de-d-dinis/>; que proporciona a audição de uma das suas músicas, <http://youtu.be/CkzqAH8youY>.

No tempo dedicado ao debate, registámos o agrado dos presentes por este tipo de iniciativas e ainda a oportunidade que o Diretor Geral da DGARQ e do ANTT teve para esclarecer os presentes sobre a política institucional desenvolvida junto dos países da CPLP e a relativa às representações digitais.

O programa e as comunicações apresentadas podem ser vistos em *Documento em destaque*, <http://antt.dgarq.gov.pt/noticias/a-tt-ao-encontro-de-todos-em-2011-3/>.

Fátima Ó Ramos

CHEFE DE DIVISÃO DE AQUISIÇÕES
E TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria de Estado da Cultura

DGARQ
DIRECÇÃO-GERAL
DE ARQUIVOS

Editor
Direção-Geral de Arquivos

Coordenação Lurdes Henriques
Design e paginação Guidesign
Produção Guide – Artes Gráficas, lda.
Tiragem 1000 exemplares
Periodicidade Trimestral
ISSN 2182-4436
Depósito legal 265701/07

Alameda da Universidade
1649-010 Lisboa
T 217 811 500
F 217 937 230

grec@dgarg.gov.pt
www.dgarq.gov.pt

€1

AGENDA

Exposições

DGARQ
DIRECÇÃO-GERAL
DE ARQUIVOS

cpf CENTRO
PORTUGUÊS
DE FOTOGRAFIA

DGARQ
DIRECÇÃO-GERAL
DE ARQUIVOS

T
TORRE
DO
TOMBO

© MARCO ANTÓNIO CRUZ



Andrea Islas Garcia, Camponesa cega por cataratas, Município de Otumba, Estado do México, 1994.

Escuridão Habitada

DE 7 DE JANEIRO A 18 DE MARÇO

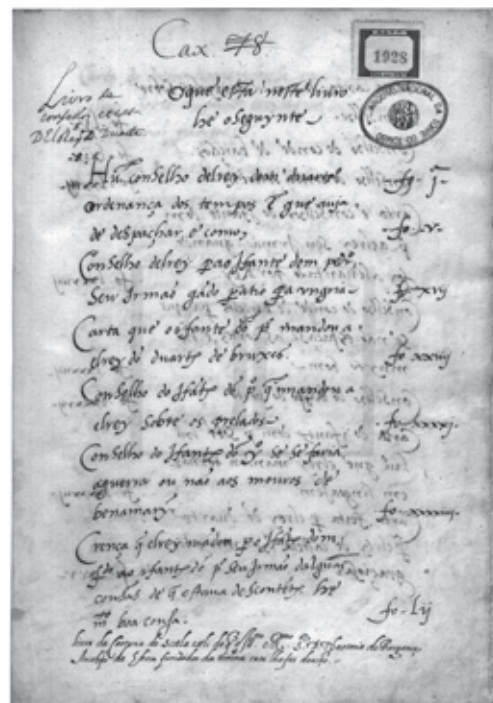
A exposição, da autoria de Marco António Cruz, retrata numerosos casos de cegueira, conjugando o testemunho da vida quotidiana dos invisuais no México com a grande sensibilidade social e artística de um dos maiores fotógrafos documentais mexicanos. A apresentação no CPF conta com a colaboração da Embaixada do México em Portugal. ♦

D. Duarte e a sua época: alguns documentos na Torre do Tombo

DE 26 DE JANEIRO

A 15 DE ABRIL

Aberta ao público na sala de exposições do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. ♦



Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Direção Geral de Arquivos – Alameda da Universidade, 1649-010 Lisboa • Tel.: 217 811 500 • Fax 217 937 230
grec@dgarg.gov.pt • www.dgarq.gov.pt
Horário: 2.ª a 6.ª das 10h00 às 19h30 • Sábados das 9h30 às 12h30 • **Entrada livre**

Centro Português de Fotografia/Direção-Geral de Arquivos – Edifício da Cadeia da Relação do Porto • Campo Mártires da Pátria, 4050-368 Porto Portugal • Tel. +351 222 076 310 • Fax. +351 222 076 311
mail@cpf.dgarq.gov.pt • www.cpf.pt • www.facebook.com/CPF.DGARQ • twitter.com/CPF_DGARQ
Horário: 3.ª a 6.ª das 10h00 às 12h30 e das 15h00 às 18h00 • Sábados, Domingos e Feriados das 15h00 às 19h00 **Entrada Livre**